

IMIGRAÇÃO / Em Portugal, sistema dificulta a vida de mães brasileiras para criarem seus filhos, especialmente quando elas são maltratadas pelo marido. Preconceito ainda é maior com as mulheres negras

Longe de casa e dos filhos

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — Ser mulher brasileira em Portugal requer muita coragem. Se for negra, então, é preciso uma força descomunal para a sobrevivência. Todo o sistema está voltado para dificultar a vida delas — na saúde, na educação, no mercado de trabalho e no convívio social. Não por acaso, um grupo de ativistas aproveitou a passagem da primeira-dama do Brasil, Rosângela da Silva, a Janja, e da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, pela capital portuguesa para colocá-las a par da triste realidade. É assustador o número de mulheres que estão tendo os filhos retirados de seu convívio pelo simples fato de serem brasileiras e, sobretudo, pretas.

Na avaliação da antropóloga e ativista de direitos humanos, antirracista, Rita Cassia Silva, basta uma denúncia sem fundamento para que as autoridades portuguesas separem filhos de suas mães. “Isso, mesmo que a mulher venha sendo vítima de violência doméstica”, ressalta. “O sistema judicial de Portugal é patriarcal e conservador. Então, a posição dos homens quase sempre prevalece. O absurdo é tanto que, mesmo que o marido agrida sua mulher, em vez de o agressor sair de casa, é a vítima que é retirada do local em que vive, e as crianças, se houver, ainda ficam sob a guarda do homem ou levadas para instituições sociais”, relata.

Rita tem acompanhado vários casos desde 2016, mas diz que não é possível saber quantas crianças brasileiras estão afastadas de suas mães em Portugal, pois não há estatísticas oficiais. “O que temos presenciado é um quadro perverso de racismo, xenofobia, aporofobia (aversão a pobres) e misoginia”, diz. “A discriminação começa, muitas vezes, na maternidade, quando nasce filho de uma estrangeira, e se propaga por toda a vida dessa mulher e de seus filhos”, frisa. A situação é tão dramática que muitas vítimas têm medo de denunciar os crimes aos quais estão sendo submetidas, como a violência doméstica, pois não confiam nas instituições. Temem denunciar, porque correm o risco de serem transformadas em culpadas.

“No geral, quando há denúncias, elas nem são ouvidas. As decisões são tomadas sem que as vítimas possam falar”, acrescenta Evones Santos, assistente social e fundadora do Comitê Popular de Mulheres em Portugal. “Infelizmente, não há suporte para as mulheres que são mães. O que se vê é uma estrutura social em que a violência contra a mulher está normalizada, e aquelas que denunciavam, se forem estrangeiras e brasileiras, principalmente, tendem a ser apontadas como responsáveis pelo que estão vivendo”, afirma. “Por isso, estamos pedindo ajuda ao governo brasileiro para que haja uma interlocução com as autoridades portuguesas de forma que a dignidade humana prevaleça, independentemente da cor ou do sexo”, diz.

Sem escapatória

Para ilustrar os descabros enfrentados pelas mulheres brasileiras em Portugal, Rita relembra o caso de uma jovem que, mesmo apanhando constantemente do marido, teve o bebê retirado dela. “Mas vejamos o absurdo: a mulher foi ao tribunal pedir a guarda da criança. Ao proferir a sentença, o juiz disse que não a

Rithyele Dantas e Luna Costa



Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em reunião com membros do Observatório de Combate ao Racismo e à Xenofobia, durante visita a Portugal

Luna Costa



Encontro da primeira-dama Janja da Silva e da ministra Anielle Franco com grupo de ativistas na capital portuguesa

conhecia, não sabia se ela era uma favelada ou uma empresária. Em relação ao marido dela, o magistrado assinalou que o conhecia havia mais de 20 anos”, detalha. A brasileira fez queixas contra o juiz junto à Ordem dos Advogados e a uma associação de magistrados. Nenhuma das instituições se manifestou. “Hoje, ela vê a criança a cada 15 dias e está com a conta bancária bloqueada para o pagamento de 8 mil euros (R\$ 46 mil) em pensões alimentícias”, frisa a antropóloga.

Outro caso estarrecedor se passou com uma brasileira que vivia nos Açores, território português. Ela estava grávida e tinha uma filha de 1,5 ano. Vizinhos denunciaram que ela era vítima de violência doméstica, mas, na verdade, o marido tinha problemas de saúde. Imputaram a ela coisas que não fazia. Por fim, as autoridades locais retiraram a filha dela e ainda a ameaçaram de lhe tomar o bebê que esperava assim que nascesse. A pressão foi tamanha que o parto

ocorreu bem antes do previsto. Rita conta que uma outra brasileira teve de retirar o filho da escola porque os funcionários queriam que ela desse calmante para o menino, porque ele era hiperativo. “Ela foi tão pressionada que pegou o filho e voltou para o Brasil, pois não suportou a forma como estava sendo tratada”, assinala. Não é só: brasileiras que perdem a guarda dos filhos e retornam ao Brasil ficam impedidas de voltar a Portugal. Ficam à espera de, um dia, os

filhos, adultos, as procurarem.

Nem mesmo as mulheres portuguesas escapam desse contexto de misoginia e machismo. A antropóloga lembra de um fato de 2016 envolvendo Ana Vilma Maximiano, funcionária pública que teve as três filhas retiradas de seus cuidados pela assistência social portuguesa (ISS). Os abusos cometidos foram tantos que as assistentes sociais que levaram à separação da família estão sendo julgadas pela Justiça. “Esta é a primeira vez que pessoas são responsabilizadas por escreverem relatórios sem fatos comprovados. Ana Vilma era vítima de violência doméstica, havia sofrido traumatismo craniano. Duas das meninas foram entregues para o pai agressor e a outra, para o pai que não era presente na vida da filha”, ressalta Rita. “Neste caso, houve clara discriminação de gênero, pela mulher ter tido filhos em duas relações”, enfatiza.

Seis anos depois, Ana Vilma conseguiu recuperar a guarda das três filhas e, agora, pede uma indenização de 600 mil euros (R\$ 3,4 milhões) ao Estado português. Ela conseguiu provar que as assistentes sociais que a acusaram de maltratar as filhas nunca haviam presenciado nenhum ato de violência contra as crianças. A vitória da cidadã portuguesa, porém, em nada muda a situação de vulnerabilidade e de constrangimento em que vivem as brasileiras em Portugal, acredita Evones Santos. “Não há nenhum suporte para boa parte das mulheres estrangeiras, em especial, brasileiras e africanas. Elas enfrentam um processo doloroso para criar os filhos, sempre sob a ameaça de ter as crianças retiradas do convívio delas”, afirma.

Merenda escolar negada

A fundadora do Comitê de Mulheres em Portugal, Evones Santos, acredita que muitas das dificuldades enfrentadas pelas brasileiras poderiam ser superadas se o Estado português agilizasse o processo de regularização das famílias e fosse menos preconceituoso. Ela conta que mães que se mudaram para o país europeu com direito à guarda das crianças reconhecida no Brasil não conseguem ter a autorização de residência dos filhos. O resultado disso é que eles, que estão ilegais, até têm acesso a escolas, mas não podem receber a merenda escolar gratuita. “As mães são obrigadas a pagar a alimentação dos filhos, cerca de 50 euros por mês (R\$ 287). É um custo a mais para quem já está em situação de vulnerabilidade”, frisa. Para ela, porém, há uma contradição nisso. “Essas mulheres trabalham recolhendo tributos ao Estado, portanto, devem ter o retorno em serviços públicos”, afirma.

A assistente social e ativista ressalta que sua posição não significa um pedido de violação das leis. “O que pleiteamos é que todas as mães que pagam impostos tenham tratamento isonômico”, comenta. Há, ainda, aquelas mães que também



As mães são obrigadas a pagar a alimentação dos filhos, de 50 euros (R\$ 287) por mês. É um custo a mais para quem já está em situação de vulnerabilidade

Evones Santos, fundadora do Comitê de Mulheres em Portugal

estão indocumentadas e que acabam recorrendo a trabalhos precários, o que faz com que os maridos usem essa situação de precariedade para obter a guarda de crianças em tribunais. “Só pedimos mais agilidade aos órgãos de imigração na concessão das autorizações de residência, pois a falta de documentação, muitas vezes, também impede o acesso ao

sistema nacional de saúde (SNS), outro grave problema enfrentado pelas brasileiras”, destaca.

“Em 2018, uma brasileira que vivia em Cascais havia mais de 10 anos, mas sem documentos e dependente financeiramente do marido, perdeu a guarda do filho para ele. Só que, uma semana depois, o homem entregou a criança para uma instituição social, alegando que também não tinha condições de criá-la”, conta Evones. A mulher tentou, de todas as formas, reaver a guarda do filho, e os pais dela, no Brasil, disseram que poderiam cuidar do garoto. Bastante abalada emocionalmente, foi internada, diagnosticada como louca e expulsa de Portugal. “Mais um caso de machismo, misoginia e xenofobia”, assinala.

Uma outra brasileira está precisando urgentemente de uma cirurgia de pâncreas. Os médicos dizem que, se ela operar, tem 60% de chances de sobreviver. Mas, por não ter o registro junto ao SNS, o número de utente não consegue ser atendida, mesmo diante da gravidade do caso dela. “Não se faz isso com uma pessoa em situação tão delicada. E são várias histórias como esta”, diz a

Vicente Nunes/CB



Imigrantes fazendo protesto contra racismo nas ruas de Lisboa

fundadora do Comitê de Mulheres, impressionada com a fragilidade da saúde mental das brasileiras. “Algumas dizem até que preferiam estar mortas.”

Tanto para Evones quanto para a antropóloga e pesquisadora de direitos humanos Rita Cassia Silva, esse retrato cruel da realidade de muitas mulheres brasileiras em Portugal exige uma atuação mais efetiva dos consulados brasileiros no país europeu, inclusive com estrutura para atender todas as cidadãs

que estão em regiões mais remotas, com dificuldades até para acessar a internet e fazer denúncias de maus-tratos. Elas ficaram de apresentar, até quarta-feira, um relatório à primeira-dama Janja da Silva e à ministra Anielle Franco (da Igualdade Racial) sobre os problemas identificados e propor caminhos a serem seguidos, em parceria com autoridades portuguesas para evitar tamanho sofrimento. O pedido de socorro ecoa alto. (VN)